

BAUMAN, Zygmunt. Para uma sociologia crítica: um ensaio sobre o senso comum e a emancipação. São Paulo: Ed. Unesp, 2023.

Geraldo Magella Neres¹
Vania Sandeleia Vaz da Silva²

O livro de Zygmunt Bauman *Para uma sociologia crítica* - lançado no Brasil no final de 2023 – constitui um curto e denso ensaio crítico sobre a epistemologia da sociologia (e, de certo modo, das Ciências Sociais em geral). Trata-se de uma obra da fase intermediária da reflexão desenvolvida pelo sociólogo anglo-polonês, falecido em 2017. Originalmente, o livro foi publicado em inglês, em 1976, cinco anos após a sua transferência para a Inglaterra, depois de ter sido expulso da Polônia pelo regime comunista de Varsóvia. Bauman permaneceu na Inglaterra, onde assumira a cátedra de Sociologia na Universidade de Leeds, até sua aposentadoria em 1990.

Inserida na tentativa de viabilizar os fundamentos teórico-metodológicos de uma sociologia comprometida com a emancipação dos seres humanos, preocupação à qual o autor se manteve fiel até o fim de sua longa e prolífica vida, a obra investiga as relações estreitas existentes entre o senso comum e a epistemologia da sociologia *mainstream* clássica e contemporânea à década de setenta do século passado; algumas das tentativas frustradas de resolver estas limitações; e, finalmente, aponta uma possível solução resolutiva na instauração teórica habermasiana apresentada em *Theory and Practice* de 1974.

Podemos dizer, então, que se trata de uma obra bem anterior ao estudo das interações sociais na modernidade tardia ou pós-modernidade – caracterizadas pela fluidez, maleabilidade e capilaridade – que capturou inteiramente a atenção do autor na fase final de sua vida, transformando-o num dos mais conhecidos e prestigiados sociólogos contemporâneos, famoso

¹ Doutor em Ciências Sociais (UNESP). Professor de Ciência Política no curso de Ciências Sociais na Unioeste, Campus de Toledo. E-mail: geraldomagellaneres@yahoo.com.br

² Doutora e mestre em Ciência Política (USP). Professora de Ciência Política no curso de Ciências Sociais na Unioeste, Campus de Toledo. E-mail: vaniasandeleiavazdasilva@yahoo.com

por obras com títulos com grande apelo midiático tais como: *Amor Líquido*, *Vida Líquida*, *Vida para Consumo*, *Tempos Líquidos*, *Medo Líquido*, *Vidas Desperdiçadas*, *Globalização*, *Comunidade* e várias outras que obtiveram sucesso editorial notável considerando sua densidade e profundidade.

Uma primeira pergunta que se impõe com muita propriedade seria a seguinte: o que um ensaio filosófico sobre os fundamentos epistemológicos da sociologia, gestado no contexto intelectual e existencial de meados da segunda metade do século passado, tem a nos dizer? Ou seja, nós, leitores do século XXI, entorpecidos pela proliferação desmesurada recente da discussão epistemológica nas Ciências Humanas e Sociais e pela exaustão dos grandes modelos teóricos clássicos da sociologia, poderíamos nos beneficiar de algum modo da leitura desse livro, que, de certa forma, tornou-se refém de seu próprio tempo?

Apesar de parecer anacrônica a publicação de uma obra desta natureza, a simples apreciação de seu plano de exposição desmente cabalmente esta nossa impressão inicial. E isso por dois motivos principais. Em primeiro lugar, porque o núcleo da reflexão de Bauman permanece vivo, pulsante e ainda prenhe de intuições não realizadas até os dias de hoje. Isto é, a despeito da passagem do tempo e dos rios de tinta gastos na tentativa de propor uma abordagem epistemológica capaz de apreender a dinâmica do movimento das sociedades humanas, o projeto de uma sociologia emancipatória continua sendo uma aspiração inconclusa (ou seja, em processo de constituição). E, neste sentido, a contribuição fornecida pelo livro na identificação destes limites permanece atualíssima (a crítica feita às perspectivas de Husserl, Schutz, Goffman, Garfinkel, Parsons e Mead).

Em segundo lugar, porque a exposição histórica de Bauman destaca-se como uma das mais brilhantes introduções à história da constituição dos fundamentos epistemológicos da sociologia, explicando de modo criterioso e sucinto (é claro que marcado por um estilo de escrita bastante peculiar, às vezes um pouco árido e nebuloso) como se deu o processo histórico de estabelecimento do arcabouço cognoscitivo da sociologia como uma disciplina científica autônoma (o que foi fundamental para a criação das Ciências Sociais como área de estudo). O livro está organizado dialeticamente em três capítulos, seguindo a estrutura argumentativa de tese (apresentação da concepção de sociologia dominante), antítese (crítica à concepção dominante de sociologia) e síntese (projeto de uma sociologia emancipatória).

No primeiro capítulo, visando qualificar a sociologia *mainstream* (nomeada pelo neologismo de sociologia “durksoniana” em alusão à síntese hegemônica Durkheim/Parsons) como uma “ciência da não liberdade”, o autor demonstra que o seu fundamento epistemológico foi erigido com base no conceito metafísico de “segunda natureza”. O conceito de “segunda natureza” é uma derivação direta da compreensão moderna de natureza ou mundo natural como uma oposição à ação do homem e como um reino de pura determinação. Com efeito, sendo assim, a natureza só poderia ser dominada ou controlada eficientemente pela vontade humana (esses são os termos da questão) através da submissão às suas leis de funcionamento. Em sintonia com a ciência “moderna”, a noção de “primeira natureza” designaria o mundo natural, regido por leis universais, regulares e passíveis de conhecimento/controlado técnico através da aplicação do método científico; enquanto a “segunda natureza”, por analogia à primeira, indicaria o mundo social ou sociedade humana, que também seria regido por regularidades e por leis inalteráveis na condução dos negócios humanos. É claro, contudo, que o que foi ignorado (não podemos saber se conscientemente ou não) sobre a plausibilidade deste tipo de explicação sociológica, é que ela é uma influência direta do senso comum hegemônico durante o processo de afirmação da modernidade, que passa a perceber a contradição entre indivíduo e sociedade como algo natural. Assim sendo, mesmo se pretendendo científica e avessa às generalizações do senso comum, na sua gênese epistemológica mais básica a sociologia baseada no conceito de “segunda natureza” nasce a partir do conteúdo difuso da experiência do senso comum.

O autor reconstrói esse processo analisando a dialética entre natureza (no sentido específico de “segunda natureza”) e liberdade (volição ou vontade) na condução dos negócios humanos ou *práxis social* ao longo da emergência da modernidade, identificando uma hegemonia crescente na abordagem determinística destes fenômenos, que culminaria na percepção generalizada (muito forte entre o senso comum, mas também partilhada por filósofos), de que “(...) para se comportar racionalmente, para alcançar o sucesso, para ser livre, o homem agora tinha de se acomodar à “segunda natureza” tanto quanto havia tentado acomodar à primeira” (p.18). Foi esta crença tácita difusa na época que preparou o terreno “(...) para a ascensão triunfante da ciência positiva do social – a ciência que vê a “sociedade” como natureza em si mesma, tão ordenada e regular quanto a “primeira natureza” aparece para o cientista natural (...)” (p.20).

É a partir desta concepção de sociedade entendida como uma “segunda natureza”, então difusa na mente coletiva de forma hegemônica, produzida pela vivência da cisão entre indivíduo e sociedade na modernidade burguesa, que os precursores da sociologia (Saint-Simon, Comte e outros) vão recorrer para estabelecer os fundamentos epistemológicos da nova ciência que será finalmente constituída por Emile Durkheim como disciplina intelectual autônoma. O problema da vinculação do projeto epistemológico da sociologia ao pressuposto da existência de uma “segunda natureza” – isto é, da vigência de uma “natureza social” anistórica, concebida como um reino distinto e estranho aos seres humanos, que determinaria inteiramente as suas vidas como indivíduos – é que ela produz uma ciência social da “não liberdade”, restringindo a sua análise unicamente ao mundo social congelado do aqui-e-agora e inibindo qualquer projeção distinta daquilo já dado historicamente. Em suma, a adoção do suposto da “segunda natureza” acaba por absolutizar uma concepção abstrata de “natureza humana” atemporal e por naturalizar uma concepção do senso comum como o fundamento epistemológico crucial da sociologia.

Já no segundo capítulo, ao passar em revista a crítica da sociologia “durksoniana”, o autor analisa, com riqueza de detalhes, as contribuições e os limites dos aportes da fenomenologia husserliana e do existencialismo à tarefa de fundamentação de um projeto de sociologia alternativa. O seu exame das contribuições destas duas perspectivas filosóficas destaca que ambas falharam nesta tentativa de fornecer uma base teórica sólida para uma sociologia diferente daquela da “ciência da não liberdade”, vitimadas pelo mesmo erro de congelar um dos polos do par de elementos que rege a práxis social: se a sociologia positivista (“durksoniana”) centrava-se na defesa epistemológica da determinação da sociedade sobre o indivíduo; a sua crítica, tanto na vertente fenomenológica quanto na vertente existencialista, privilegiava a determinação centrada no indivíduo sobre a sociedade. Com efeito, ambas foram incapazes de apreender o caráter dialético da práxis social humana, acabando por naufragar numa forma unilateral de determinismo (objetivismo ou subjetivismo), reduzindo a explicação sociológica à experiência fornecida pelo senso comum. Assim, nem a sociologia e nem a sua crítica subjetivista (fenomenologia e existencialismo) conseguiram superar as limitações que inviabilizavam a constituição de uma autêntica sociologia crítica e emancipatória.

O último capítulo, o mais interessante e acessível dos três que compõem o livro, finalmente apresenta aquilo que Bauman considera como as características norteadoras de um projeto de sociologia crítica. Ele começa

distinguindo os conceitos de razão emancipatória e de razão técnica, além de apresentar o percurso histórico que levou à hegemonia da segunda sobre a primeira, a tal ponto que o senso comum moderno considera apenas a primeira como a única forma legítima de razão. Até o Iluminismo do século XVIII a defesa da causa da emancipação ainda não fazia esta diferenciação entre tipos de razão, unificando a luta contra o obscurantismo e a luta pelo domínio da natureza numa defesa incontestada pelo avanço das luzes. Contudo, a partir da hegemonização da concepção da ciência positivista durante o século XIX, cada vez mais essa cisão entre duas formas de conhecimento do mundo se aprofunda. De um lado, a razão emancipatória, cujo objetivo principal era o controle consciente do homem sobre seu próprio destino, passa a sofrer todo tipo de perseguição intelectual, sendo obrigada a se subordinar às imposições epistemológicas positivistas. Por outro lado, a razão técnica, cujo objetivo era o controle instrumental do mundo, passa a ditar os padrões de cientificidade, instituindo que o único tipo de conhecimento válido/legítimo era aquele produzido pela ciência positiva.

Neste momento, vencida a disputa sobre o alcance da razão (ou seja, se ela podia considerar os *fins* ou se devia se ater aos *meios*), o positivismo assegura que somente compete à investigação científica a consideração sobre a “verdadeira natureza dos fatos”, estabelecendo em definitivo que qualquer reflexão científica legítima só poderia se vincular à busca dessa verdade descomprometida ou neutra, centrada na investigação sobre os meios necessários para o controle instrumental da natureza e da sociedade. A impositação teórica marxiana, ao recuperar o equilíbrio dialético na relação entre os polos da iniciativa volitiva e da resistência da estrutura social, aparece como a única capaz de superar qualitativamente esse impasse, restituindo o conceito de “segunda natureza” ao seu entendimento histórico contingente.

Assim, nesta perspectiva, o conceito de “segunda natureza” pode ser abordado não como algo absoluto, dado de uma vez por todas (isto é, deixa de ser um conceito metafísico), mas como o resultado de um desenvolvimento histórico determinado: “É a dependência do indivíduo da multidão anônima em relação a outros membros da sociedade que lhe aparece como “necessidade social”, como a “situação objetiva”, contra a qual ele é obrigado a medir seus próprios motivos e intenções (...)” (p.149). Ou seja, na concepção dialética marxiana, a “segunda natureza” ou “natureza social” pode finalmente ser apreendida como um produto da história feita pelos próprios seres humanos; enfim, pode finalmente ser compreendida como o conjunto das relações sociais historicamente cristalizadas numa dada época do desenvolvimento societal. Deste modo, como algo transitório, passível de

mutação/transformação e dotado de uma plasticidade tal que desafia qualquer concepção fixista de natureza humana, pois “(...) essa aparência é, em si, uma criação histórica” (p.149). Consequentemente, um projeto consistente de sociologia crítica e emancipatória tem mais chances de compreender e explicar a realidade social se partir, pelo menos, de uma perspectiva marxiana, tomando a “potencialidade humana ilimitada” como seu eixo ontológico fundante e a investigação dos limites impostos pela estrutura social na limitação da expansão desta potencialidade como seu principal problema empírico a ser investigado. Porém, este é apenas o ponto de partida, sendo insuficiente para estabelecer as condições de fundação de uma sociologia crítica e emancipatória.

Em seguida, Bauman examina outra questão crucial nesta empreitada intelectual: “Em que sentido a sociologia crítica pode reivindicar um estatuto científico?” (p.164). Como já vimos, se o critério de cientificidade da sociologia crítica for o mesmo da sociologia “durksoniana”, ela estaria submetida ao “teste da verdade” estabelecido pela descrição dos fatos como eles realmente são, consequentemente, limitadas ao aqui-e-agora da “segunda natureza” como um conceito fixo. Para ir além disso, para se vincular realmente ao projeto da emancipação humana, Bauman lança mão da noção de “processo da verdade” como o critério norteador da cientificidade da sociologia crítica. O conceito é derivado de Marx, indicando que a busca da verdade é um processo histórico no qual ela deve ser provada na prática histórica dos seres humanos comuns e não meramente um teste de refutação asséptica realizado por cientistas em condições de laboratório.

Aqui, novamente, Bauman aponta os limites das tentativas anteriores de resolver esta questão, como nos casos de Edgar Morin, Henry S. Kariel, Manfred Stanley e Ernst Bloch. Ele mostra os limites específicos de cada uma destas tentativas, porém, destaca que o erro comum a todas decorre do fato de partilharem do mesmo conceito de “teste da verdade” estabelecido e legitimado pela epistemologia positivista, entendida como a mera descrição das “coisas como elas realmente são” (razão técnica), implicando automaticamente na aceitação imutável do aqui-e-agora.

A resposta a essa questão talvez possa ser encontrada na obra de Jürgen Habermas (*Theory and Practice*), que ao retomar e avançar a reflexão marxiana sobre a relação entre conhecimento social e realidade social, propõe que a verificação da verdade deixe de ser um privilégio de técnicos especializados, sendo estendida para além dos laboratórios, transformando-se assim num “processo de autenticação”. A discussão sobre a verdade torna-se um processo

de “negociação de significados” num plano social mais amplo do que aquele dos pequenos grupos de especialistas, espalhando-se para o conjunto dos seres humanos comuns: “Quando ele é alcançado, o processo de autenticação – o corolário epistemológico da emancipação – é posto em movimento. Com isso, a crítica da realidade entra na sua fase de “esclarecimento”.” (p.193).

Neste caso estaríamos nos aproximando um pouco mais do que poderia ser considerada uma proposta de autêntica sociologia crítica e emancipatória, que, atualmente, teria que lidar também com as diversas críticas endereçadas a conceitos como “natureza”, “ciência” e “verdade”, sobretudo quando se trata de seres humanos e suas vidas, práticas e invenções. Desde que as vozes se proliferaram – incluindo pessoas diferentes dos clássicos da sociologia por não serem homens, brancos, ocidentais, intelectuais com experiências de vida divergentes – falar de emancipação assumiu significados mais complexos porque oriundos de vivências e experiências que fogem ao escopo desta resenha.